

## A IMPORTÂNCIA DA EXPLORAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL COMO FONTE DE RENDA EM COMUNIDADES NA TERRA INDÍGENA APIAKÁ/KAYABI

THE IMPORTANCE OF BRAZIL NUT HARVESTING AS A SOURCE OF INCOME FOR COMMUNITIES IN THE APIAKÁ/KAYABI INDIGENOUS TERRITORY

LA IMPORTANCIA DE LA COSECHA DE NUECES DE BRASIL COMO FUENTE DE INGRESOS EN LAS COMUNIDADES DEL TERRITORIO INDÍGENA APIAKÁ/KAYABI


Elissandra Krixí Morimã

 <https://orcid.org/0009-0007-2567-8079>

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

e-mail: [elissandra.kixi@unemat.br](mailto:elissandra.kixi@unemat.br)

Dra. Alessandra Maria Filippin dos Passos Santos

 <https://orcid.org/0000-0002-1586-4691>

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

e-mail: [alessandrafilippinsantos@gmail.com](mailto:alessandrafilippinsantos@gmail.com)


Dra. Renata Freitag

 <https://orcid.org/0009-0005-0567-3890>

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

e-mail: [renata.freitag@unemat.br](mailto:renata.freitag@unemat.br)

Maik Jhonata Pereira dos Santos

 <https://orcid.org/0009-0006-8008-9253>

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

e-mail: [maik.santos@unemat.br](mailto:maik.santos@unemat.br)

Submissão em: 11/02/2026

Aceito em: 12/06/2026

### RESUMO

A exploração da Castanha-do-Brasil como atividade extrativista tem grande importância econômica e cultural para comunidades indígenas da Amazônia. Este trabalho é um estudo de caso realizado na Terra Indígena Apiaká/Kayabi, com o objetivo de analisar como o cooperativismo contribui para fortalecer essa atividade, promovendo autonomia financeira, preservação ambiental e valorização dos saberes tradicionais. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental, buscando compreender as experiências dos membros da cooperativa COOPESFIAM. Os resultados mostram que a organização coletiva facilita o acesso a mercados mais justos, melhora a distribuição de renda e fortalece a identidade cultural dos povos indígenas. Além disso, o cooperativismo se apresenta como alternativa sustentável frente aos desafios impostos pelos atravessadores e pela falta de infraestrutura. Conclui-se que, quando bem estruturado e apoiado por políticas públicas, o cooperativismo pode ser um caminho eficaz para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades indígenas, respeitando suas tradições e promovendo o uso responsável dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Castanha-do-Brasil, Comunidades indígenas, Cooperativismo, Apiaká, Sustentabilidade

## ABSTRACT

The harvesting of Brazil nuts as an extractive activity has great economic and cultural importance for Indigenous communities in the Amazon. This case study, conducted in the Apiaká/Kayabi Indigenous Territory, aims to analyze how cooperativism contributes to strengthening this activity, promoting financial autonomy, environmental preservation, and the appreciation of traditional knowledge. The research uses a qualitative approach, with semi-structured interviews, participant observation, and document analysis, seeking to understand the experiences of the members of the COOPESFPIAM cooperative. The results show that collective organization facilitates access to fairer markets, improves income distribution, and strengthens the cultural identity of Indigenous peoples. Furthermore, cooperativism presents itself as a sustainable alternative to the challenges posed by middlemen and the lack of infrastructure. The conclusion is that, when well-structured and supported by public policies, cooperativism can be an effective path for the socioeconomic development of Indigenous communities, respecting their traditions and promoting the responsible use of natural resources.

**Keywords:** Brazil nuts, Indigenous communities, Cooperativism, Apiaká, Sustainability

## RESUMEN

La explotación de la castaña de Brasil como actividad extractiva tiene gran importancia económica y cultural para las comunidades indígenas de la Amazonía. Este trabajo es un estudio de caso realizado en la Tierra Indígena Apiaká/Kayabi, con el objetivo de analizar cómo el cooperativismo contribuye al fortalecimiento de esta actividad, promoviendo la autonomía financiera, la preservación del medio ambiente y la valorización de los conocimientos tradicionales. La investigación utiliza un enfoque cualitativo, con entrevistas semiestructuradas, observación participante y análisis documental, buscando comprender las experiencias de los miembros de la cooperativa COOPESFPIAM. Los resultados muestran que la organización colectiva facilita el acceso a mercados más justos, mejora la distribución del ingreso y fortalece la identidad cultural de los pueblos indígenas. Además, el cooperativismo se presenta como una alternativa sostenible frente a los desafíos que imponen los intermediarios y la falta de infraestructura. Se concluye que, bien estructurado y respaldado por políticas públicas, el cooperativismo puede ser una vía eficaz para el desarrollo socioeconómico de las comunidades indígenas, respetando sus tradiciones y promoviendo el uso responsable de los recursos naturales.

**Palabras clave:** Castaña de Brasil, Comunidades indígenas, Cooperativismo, Apiaká, Sostenibilidad

## 1 INTRODUÇÃO

No início do século XX, a maior parte das cooperativas estava diretamente associada à agricultura. Atualmente, observa-se um crescimento significativo das cooperativas urbanas, impulsionado pelo êxodo rural e pelo aumento dos problemas sociais nas áreas urbanas. Dessa forma, é possível afirmar que qualquer questão

econômica ou social pode servir como base para a criação de uma cooperativa (Cardoso, 2014).

As cooperativas, apesar de serem iniciativas mais recentes, têm como objetivo valorizar a produção, além de facilitar sua comercialização e transporte. Contudo, enfrentam concorrência dos atravessadores, que frequentemente são membros da própria comunidade ou comerciantes influentes, reconhecidos por seu prestígio local ou por laços familiares e de amizade. Esses atravessadores tradicionais dominam grande parte da produção e determinam os preços dos produtos, adquirindo-os diretamente das comunidades e revendendo-os para intermediários regionais ou grandes indústrias (Silva *et al.*, 2013).

De acordo com o inciso I do artigo 6º da Lei nº 5.764/71, as cooperativas singulares serão constituídas com o número mínimo de 20 pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas. Entretanto, posteriormente, a Lei nº 10.406/2002, que instituiu o Código Civil Brasileiro, estabeleceu que o número mínimo de associados seria o necessário para compor a administração da cooperativa, gerando, dessa forma, uma discussão sobre o número mínimo de cooperados para se constituir e manter uma cooperativa (Brasil, 2002).

Segundo Araújo *et al.*, (1986), a castanheira, presente nos estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão e Mato Grosso, é uma das árvores mais altas da Amazônia, alcançando entre 30 e 50 metros. Sua semente, conhecida como Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), possui grande relevância econômica e nutricional. A coleta da castanha é uma importante fonte de renda para muitas famílias em comunidades rurais e áreas próximas, que realizam o extrativismo e sua comercialização (Mariosa *et al.*, 2024).

De acordo com Cunha e Dantas (1997), além de seu valor nutritivo, a castanha é usada tanto na alimentação direta quanto como ingrediente na produção de alimentos processados. A atividade extrativista da castanha, quando associada ao cooperativismo, contribui para a sustentabilidade florestal e para os impactos socioeconômicos positivos nas comunidades locais. No entanto, ainda existem obstáculos que precisam ser superados para ampliar o alcance das cooperativas, como a valorização dos saberes tradicionais e a adoção de técnicas que respeitem o equilíbrio ambiental.

Este trabalho teve como objetivo analisar o cooperativismo como instrumento de fortalecimento econômico, social e ambiental em comunidades indígenas que praticam o extrativismo sustentável. A pesquisa foi realizada na Terra Indígena Apiaká/Kayabi, localizada no município de Juara, Mato Grosso, com foco na exploração da Castanha-do-Brasil. A partir da experiência da Cooperativa de Produção e Extrativismo Sustentável da Floresta do Povo Indígena Apiaká da Aldeia Mayrob (COOPESFPIAM), fundada em 27 de abril de 2020, buscou-se compreender como a organização coletiva contribui para a geração de renda, a valorização cultural e a preservação ambiental.

Regida pelos princípios do cooperativismo e pela legislação vigente, a COOPESFPIAM atua sem finalidade lucrativa própria, promovendo o extrativismo e a produção sustentável de produtos florestais, agrícolas e artesanatos indígenas. Sua finalidade é fortalecer a autonomia da comunidade Apiaká por meio da valorização sociocultural e da responsabilidade ambiental voltada às futuras gerações. Nesse contexto, a Castanha-do-Brasil representa não apenas uma fonte de sustento

econômico, mas também um elo entre práticas tradicionais e estratégias contemporâneas de comercialização.

O objetivo do estudo foi analisar como a atividade extrativista cooperativada contribui para a sustentabilidade florestal e os impactos socioeconômicos nas comunidades locais, considerando os desafios enfrentados, as possibilidades de expansão e a integração entre saberes tradicionais e técnicas modernas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Cooperativismo

O cooperativismo se fundamenta em princípios essenciais, como mutualidade, esforço coletivo, solidariedade e associação entre indivíduos com objetivos comuns. Sua essência está na promoção da justiça social, na defesa da democracia e da autogestão, rejeitando qualquer forma de exploração do homem pelo homem. A ideia central de uma organização cooperativa reside nos valores e convicções compartilhados por seus membros, que se dedicam a atividades produtivas, econômicas e sociais em busca do bem coletivo. Ao longo do tempo, o conceito de cooperação e cooperativismo recebeu diversas definições (Silva; Nunes, 2022).

O cooperativismo é um modelo organizacional baseado na união de pessoas para alcançar objetivos comuns de forma democrática e sustentável. Segundo Marques e Costa (2016), o cooperativismo surgiu como uma alternativa ao sistema econômico tradicional, promovendo inclusão social, autonomia financeira e desenvolvimento comunitário. Suas bases estão fundamentadas na cooperação, na participação igualitária dos membros e na valorização do trabalho coletivo. Diferente de empresas convencionais, as cooperativas buscam equilibrar crescimento econômico com responsabilidade social, fortalecendo comunidades e estimulando práticas ambientalmente sustentáveis (Silva, *et al.*, 2018).

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2019a), o cooperativismo no Brasil atualmente é regulamentado pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que determina um número mínimo de 20 sócios para sua constituição. Em âmbito nacional, é formalmente representado pela OCB, enquanto cada Unidade da Federação conta com a representação da Organização Estadual de Cooperativas (OCE) (Silva, *et al.*, 2023).

O sistema OCB defende a cooperativa como uma forma de empreendimento econômico coletivo que se baseia nas pessoas e não no capital, elimina a figura do intermediário entre o cooperado e aqueles que lhe tomam ou fornecem serviço ou produto; distribui renda ao gerar trabalho, emprego e divisas, e torna todos os cooperados do empreendimento iguais entre si na base do direito ao voto, que independe do capital (Gervasoni *et al.*, 2015).

Em 1953, a Lei 1.806 criou a Amazônia Legal, delimitando oficialmente uma área de suposta homogeneidade paisagística, social, econômica e política e sobrepondo um território federal aos estaduais (Becker, 2001). A utilização deste dispositivo legal foi motivada pela necessidade detectada pelo governo de integrar a região ao resto do território nacional e promover seu desenvolvimento. Até então, o desenvolvimento regional vinha sendo induzido pela exploração cíclica de recursos naturais específicos. Destaca-se, neste período, o primeiro ciclo da borracha, em que a

matéria-prima amazônica supriu a demanda gerada, sobretudo, pela industrialização de países da Europa e da América do Norte (Loureiro; Pinto, 2005).

O cooperativismo está relacionado a muitos segmentos de atividade, tanto no setor primário como secundário e terciário. De forma a sistematizar os diferentes campos de atuação dessas organizações, no Brasil, o movimento cooperativo foi estruturado e dividido em 13 grandes ramos: agropecuário, de consumo, de crédito, educacional, especial, habitacional, de infraestrutura, mineral, de produção, de saúde, de trabalho, de transporte e de turismo e lazer (OCB, 2019b).

O cooperativismo desempenha um papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável, especialmente em comunidades que dependem dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) para sua subsistência. A organização cooperativa possibilita a valorização dos saberes tradicionais, incentivando práticas de manejo sustentável e a comercialização justa dos recursos naturais. Dessa forma, os cooperados podem fortalecer suas atividades econômicas sem comprometer a biodiversidade e garantindo a perpetuação de conhecimentos ancestrais essenciais à preservação dos ecossistemas florestais (Vinhote, 2014). Abaixo está apresentado o número de cooperativas divididas por ramo no Brasil.

**Tabela 1 - Número de Cooperativas por Ramo no Brasil em 2024**

Ramo	Nº de cooperativas	Nº cooperados
Agropecuário	1.172	1.091.560
Consumo	211	2.564.460
Crédito	689	20.123.965
Infraestrutura	264	1.451.793
Saúde	699	270.430
Seguro	5 mil (cooperativas e mútuas)	333 milhões (membros atendidos)
Trabalho, Produção de Bens e Serviços	597	187.235
Transporte	752	114.878

Fonte: Sistema OCB anuário COOP, 2025.

Além disso, o modelo cooperativista favorece a inclusão social e econômica de diversas comunidades rurais, permitindo o acesso a melhores condições de trabalho e renda. O fortalecimento das cooperativas amplia oportunidades para pequenos produtores, garantindo que os benefícios da economia compartilhada alcancem um maior número de pessoas. Esse impacto positivo não apenas contribui para a redução das desigualdades regionais, mas também incentiva políticas públicas voltadas para a valorização do cooperativismo no Brasil (Cremon *et al.*, 2025).

## 2.2 O extrativismo em comunidades indígenas

No Brasil existem comunidades sociais portadoras de uma cultura peculiar, de mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas daquelas existentes nas sociedades urbano-industriais, que são referidas com um termo mais difundido atualmente, populações tradicionais, as quais podem ser exemplificadas nas populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e quilombolas, entre outras. Coletividades como estas detêm um conhecimento profundo dos ecossistemas de que fazem parte, permitindo, desta forma, a sua produção e reprodução social no tempo, bem como a manutenção e conservação dos

recursos naturais do seu entorno, por meio dos quais garantem as suas sobrevivências (Arruda, 1999).

O extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) na Amazônia desempenhou um papel significativo na história econômica da região por meio da comercialização do látex, extraído da seringueira (*Hevea brasiliensis*), e, atualmente, com o comércio da Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa Bonpl.*), do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), da andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), da copaíba (*Copaifera* sp.), entre outros (Shanley; Medina, 2005). As plantas medicinais, particularmente, constituem importante fonte de remédios utilizados pelas populações tradicionais no tratamento de males do corpo e da alma. Todavia, apesar de possuírem um profundo conhecimento sobre esses PFNM, essas populações sofrem ameaça constante devido à influência direta da medicina ocidental moderna e ao desinteresse dos jovens das comunidades, interrompendo o processo de transmissão do saber entre as gerações (Amorozo; Gély, 1988).

Os extrativistas fazem parte de diferentes grupos étnicos e formas de organização social (seringueiros, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, indígenas etc.), sendo que parte desses grupos é reconhecida pela legislação Federal como Povos Tradicionais (Brasil, 2007), indígenas e quilombolas. O modo de vida das populações tradicionais não se limita a práticas comerciais simples. Esses grupos desenvolveram estratégias próprias de relação interna, de relação com a floresta e de relação com o mercado, que são mais abrangentes que relações meramente comerciais e financeiras (Almeida, 2004; Andrade; Mattos; Araújo, 2008; Woortmann, 2001).

Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO (1995) e Shanley e Medina (2005), os PFNMs são recursos biológicos provenientes de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações e incluem plantas medicinais e de uso alimentício, frutas, castanhas, resinas, látex, óleos essenciais, fibras, forragem, fungos, fauna e madeira para fabricação de artesanato (Pedrozo *et al.*, 2011).

Fiedler, Soares e Silva (2008) afirmam que nos últimos dez anos, houve um crescente interesse pelos PFNMs, por se entender melhor a economia das florestas naturais e seus recursos biológicos, e em função disso vêm assumindo papel de destaque, pois se apresentam como fonte alternativa de renda possuindo potencial de incentivo econômico para frear a devastação das florestas (Straatmann, 2014).

Segundo os levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020, a silvicultura foi responsável por 79,8% do valor total da produção florestal no Brasil, totalizando R\$ 18,8 bilhões, o que representou um crescimento de 21,3% em relação a 2019. A extração vegetal, proveniente da coleta em matas e florestas nativas, respondeu por 20,2% (R\$ 4,8 bilhões), com aumento de 6,3% no mesmo período. A madeira destacou-se como principal item da produção florestal, representando 90,1% do valor total. Os produtos madeireiros oriundos da silvicultura tiveram alta de 21,7%, enquanto os da extração vegetal apresentaram leve queda de 0,6%. Todos os grupos de produtos madeireiros da silvicultura registraram crescimento, com destaque para o carvão vegetal, que aumentou 37,8%. Na extração vegetal, os produtos madeireiros representaram 60,3% do total, seguidos por alimentos (31,6%), ceras (5,3%) e oleaginosas (2,2%). Entre os produtos extrativos não-madeireiros, houve expressivas altas nos valores de produção do pequi (122,7%) e do pinhão (44,5%).

Os PFNM são, predominantemente, provenientes de atividades extrativistas realizadas em áreas florestais e manejados por populações que habitam ou vivem no

entorno dessas regiões. Entre os PFNM típicos da Amazônia estão a Castanha-do-Brasil, látex, frutos como o açaí, óleos e manteigas extraídos de sementes (andiroba, babaçu, patauá, buriti, pracaxi, maracujá, bacuri, cupuaçu, muru-muru, ucuúba, entre outros), além da resina de copaíba, cumaru, cacau e diversas frutas, sementes, raízes, folhas e cascas. Esses produtos possuem grande relevância para os mercados alimentício, farmacêutico e cosmético, sendo amplamente utilizados de forma tradicional pelas comunidades locais (Straatmann, 2014).

O interesse pela implementação da produção de frutos tem se dado pelo fato do açaí, antes destinado totalmente ao consumo local, ter conquistado novos mercados e se tornado em importante fonte de renda e de emprego. O açaizeiro se destaca, entre os diversos recursos vegetais, pela sua abundância e por produzir, importante alimento para as populações locais, além de ser a principal fonte de matéria-prima para a agroindústria de palmito no Brasil (Fiedler *et al.*, 2008).

A dependência por PFNM é uma característica marcante de populações que habitam regiões florestadas. Estes produtos, definidos como aqueles que não têm origem na madeira (inclusive carvão vegetal e lenha), são formados por frutos, sementes, amêndoas, exudatos, dentre outros. Segundo Guerra (2008), Os PFNMs desempenham um papel fundamental tanto na economia rural e regional de diversos países quanto no consumo familiar das comunidades que residem em áreas interiores ou próximas a regiões florestadas. A utilização destes PFNMs é extremamente variada, abrangendo tanto o uso mais comum como alimento, como na forma de medicamentos, materiais para construção, matéria-prima para artesanato, dentre outros (Silva, *et al.*, 2018).

Embora os PFNM, sejam utilizados há séculos por populações indígenas e caboclas da Amazônia e outras regiões, foi apenas recentemente que eles começaram a ganhar relevância como uma alternativa para a conservação da biodiversidade. O mercado desses produtos tem apresentado um crescimento significativo, impulsionado pela maior oferta de itens não tradicionais, seja pela extração direta das florestas ou pelo cultivo em sistemas agroflorestais. Além disso, observa-se que os PFNM contribuem para complementar a renda de inúmeras comunidades rurais em todas as regiões do Brasil, com destaque especial para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Gama, 2005).

Souza e Silva (2002) defendem que a extração de produtos não madeireiros é uma atividade fundamental para os moradores da região provedora dos recursos naturais, valoriza a floresta por preservá-la em pé, já que a exploração madeireira muitas vezes contribui para a erosão genética das espécies de maior valor comercial, o que compromete o aproveitamento futuro (Straatmann, 2014).

A maioria dos Produtos Florestais não Madeireiros – PFNMs, disponíveis no mercado tem origem em sistemas extrativistas. Estudos indicam que a gestão sustentável desses produtos, aliada à extração seletiva de madeira com baixo impacto, pode oferecer resultados econômicos mais vantajosos do que outras formas de uso do solo, como pastagens ou monoculturas de espécies de rápido crescimento (Gama, 2005). A extração de PFNM é realizada, normalmente, com baixa agregação de valor, com práticas de qualidade que atendem às cadeias historicamente instituídas na região, com forte presença de atravessadores, falta de crédito e baixo acesso ao mercado (Belcher; Ruíz-Péres; Achdiawan, 2005; Nkem *et al.*, 2010).

Tradicionalmente a análise econômica das florestas tropicais, tem-se preocupado em evidenciar a colheita de madeira ou a conversão da terra para a

agricultura ou produção pecuária, deixando de dar a devida atenção ao valor dos PFNMs, mesmo que a utilização desses produtos seja tão antiga quanto a humanidade. Os PFNMs são recursos provenientes de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações incluindo também plantas medicinais e de uso alimentício, frutas, castanhas, resinas, látex, óleos essenciais, fibras, forragem, fungos, fauna e madeira para a fabricação de artesanato, sendo a floresta amazônica a maior fonte de fornecimento desses produtos (Pedrozo *et al.*, 2011). Conforme apresentado no quadro a seguir.

### Quadro 1 - Caracterização dos Produtos Florestais não-madeireiros segundo o IBGE

Categoria	Produtos
Alimentícios	Açaí, Castanha-do-Brasil, Erva-Mate, Palmito, Pequi (Fruto)
Oleaginosos	Pequi (Amêndoa), Babaçu
Borracha	Látex Coagulado
Medicinais	Jaborandi
Ceras	Carnaúba (Área), Carnaúba (Pó)
Fibras	Piaçava

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A comercialização e o cultivo dos produtos florestais não madeireiros (PFNMs) possuem uma importância na sociedade, por trazer o potencial econômico para as comunidades produtoras e fornecedoras destes produtos. Apesar da grande importância socioeconômica dos PFNMs, são poucas as informações estruturadas. O maior desafio está relacionado ao acesso a biodiversidade; o segundo refere-se à sua preservação, muitas vezes não sendo priorizada; e o terceiro, e mais complexo, é idealizar um modelo de desenvolvimento que assegure a utilização sustentável dos componentes da diversidade biológica como um todo (Gariglio, 2010).

A Figura 1 mostra como é feita a Coleta da Castanha-do-Brasil.

Figura 1 - Coleta da Castanha-do-Brasil



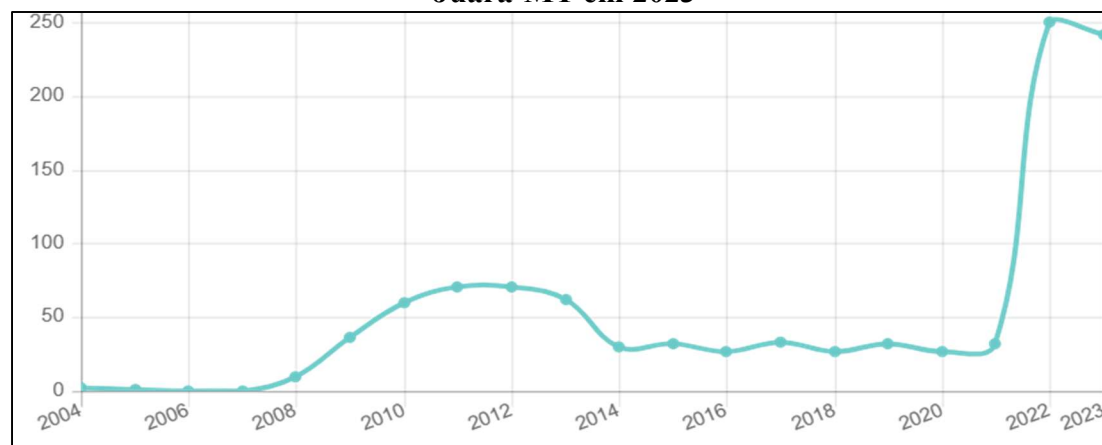
Fonte: Divulgação/ Coopavam, 2018.

### 3.3 Comunidades Indígenas Em Mato Grosso

O Estado do Mato Grosso abriga uma rica diversidade de comunidades indígenas, que desempenham um papel fundamental na preservação ambiental e na manutenção de suas tradições culturais. Essas comunidades vivem em diferentes regiões do estado, ocupando terras indígenas demarcadas e praticando atividades extrativistas sustentáveis. O Parque Indígena do Xingu, por exemplo, é uma das áreas mais representativas, reunindo diversas etnias que compartilham conhecimentos ancestrais sobre manejo florestal e práticas agrícolas adaptadas ao bioma amazônico. Além do Xingu, outras terras indígenas abrigam povos como os Xavante, Bororo, Kayapó e Pareci, que possuem modos de vida distintos, mas compartilham a luta pela preservação de seus territórios e direitos (Castro, 2013).

A produção de Castanha-do-Brasil em Juara-MT apresentou variações significativas ao longo dos anos, com destaque para o crescimento expressivo em 2022. Esse aumento reflete o fortalecimento das práticas extrativistas e o papel das comunidades locais na valorização dos produtos florestais não madeireiros. A Figura 2 mostra a evolução da produção de Castanha-do-Brasil no município.

**Figura 2 - Produção de Castanha-do-Brasil proveniente da Extração Vegetal em Juara-MT em 2023**



Fonte: IBGE cidades, 2023.

Os povos indígenas Apiaká, Kayabi e Munduruku desempenham um papel fundamental na preservação da floresta amazônica por meio do extrativismo sustentável. A coleta da Castanha-do-Brasil é uma das principais atividades dessas comunidades, garantindo renda e fortalecendo sua autonomia econômica. Além da castanha, esses povos também extraem óleos vegetais, como o de copaíba e andiroba, utilizados na medicina tradicional e comercializados em mercados externos. A organização cooperativa tem sido essencial para a valorização desses produtos, permitindo que os indígenas tenham maior controle sobre sua produção e comercialização (Andrade, 2017).

A Figura 3 mostra a Aldeia Mayrob, localizada no município de Juara.

Figura 3 – Vista Drone da Aldeia Mayrob



Fonte: SABANES, L. M, 2024.

A economia das comunidades indígenas de Mato Grosso está fortemente ligada ao extrativismo de PFMN, como a Castanha-do-Brasil, o açaí e a copaíba. Esses produtos são fundamentais para a geração de renda e para a sustentabilidade das comunidades, permitindo que os indígenas mantenham suas práticas tradicionais sem comprometer o equilíbrio ambiental. O cooperativismo tem sido uma alternativa viável para fortalecer a comercialização desses produtos, garantindo preços justos e acesso a mercados mais amplos. A organização cooperativa possibilita que os indígenas tenham maior autonomia econômica, reduzindo a dependência de atravessadores e fortalecendo a economia local.

A relação homem-natureza é uma das práticas mais antigas no que se refere ao manejo vegetal, pode-se subtrair diversos produtos madeireiros e não madeireiros, de acordo com a espécie disponíveis em cada região. Para Homma (1993) o extrativismo está classificado em duas categorias: o predatório e o não predatório, a diferença está no predatório o vegetal é aniquilado pela ação da extração, já o não predatório a integridade do vegetal mantém pela regeneração. Para comunidades tradicionais, o extrativismo é uma prática que enfrenta muitos desafios e resistências, por isso Castro (1997) considera-as esses espaços como produtores de saberes e detentores das formas de manejo, essenciais à preservação da biodiversidade (Costa, 2020).

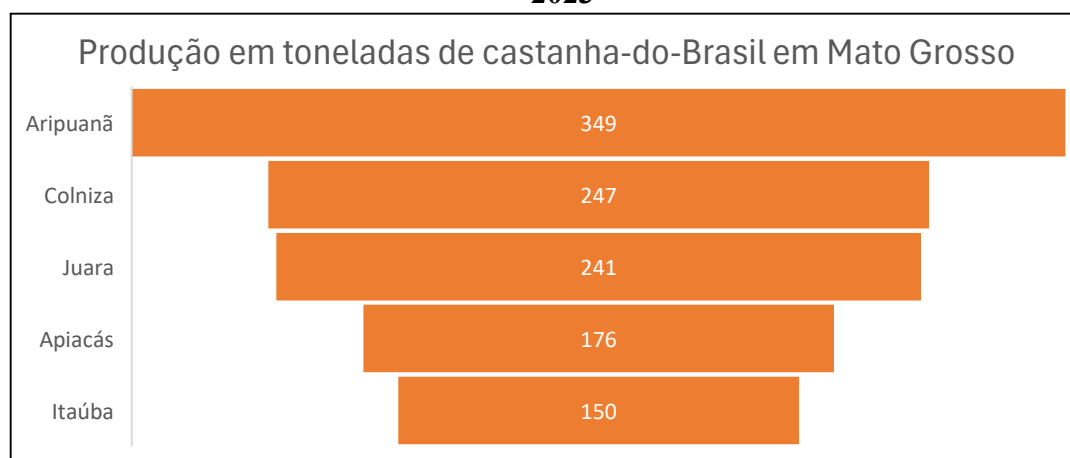
Para Noda e Noda (2003) a extração de produtos florestais é realizada em grande parte por povos e comunidades tradicionais na Amazônia que exploram uma grande diversidade de produtos naturais. A castanha-do-Brasil por apresenta versatilidade no consumo in natura no mercado nacional e internacional e na culinária, por meio da produção de óleos, leite e farinha, com alto valor nutritivo (Silva *et al.*, 2013; Santana *et al.*, 2017). A coleta da Castanha-do-Brasil é elemento da conservação da biodiversidade em unidades de conservação (UCs) amazônicas e de atendimento às necessidades e direitos dos povos tradicionais e indígenas (Picanço; Costa, 2019).

A produção de Castanha-do-Brasil desempenha papel estratégico para o desenvolvimento regional da Amazônia, uma vez que alia geração de renda, conservação ambiental e valorização dos saberes tradicionais. Segundo Shanley e

Medina (2005), a castanha é um dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) de maior relevância econômica, integrando cadeias produtivas que conectam comunidades extrativistas a mercados nacionais e internacionais. Além disso, estudos como os de Homma (2014) destacam que a exploração sustentável desse recurso contribui para manter a floresta em pé, oferecendo alternativas ao desmatamento e fortalecendo a economia local. Dessa forma, a diferença entre os municípios de Mato Grosso pode estar associada tanto à disponibilidade de castanhas quanto à organização comunitária e ao acesso a mercados, fatores determinantes para o desempenho produtivo e a inclusão socioeconômica das populações amazônicas.

A Figura 4 mostra a produção de Castanha-do-Brasil no Estado do Mato Grosso.

**Figura 4 – Produção em toneladas de Castanha-do-Brasil em Mato Grosso em 2023**



Fonte: IBGE Cidades, 2023.

A análise da produção de Castanha-do-Brasil nos municípios de Mato Grosso revela uma concentração significativa em Aripuanã, que apresenta 349 toneladas e se destaca como principal polo produtor da região. Colniza (247 t) e Juara (241 t) assumem posições intermediárias, desempenhando papel relevante na cadeia produtiva, enquanto Apiacás (176 t) e Itaúba (150 t) apresentam menor volume, mas ainda contribuem para a diversidade da produção estadual. Esses resultados evidenciam a importância socioeconômica da castanha-do-Brasil, tanto como fonte de renda para comunidades extrativistas quanto como elemento estratégico para o desenvolvimento local, refletindo a influência de fatores territoriais, ecológicos e organizacionais sobre a produtividade.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utilizou de livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações para embasar a discussão teórica sobre cooperativismo, sustentabilidade e comunidades indígenas. Foi feita uma análise de documentos institucionais, relatórios de cooperativas e políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável indígena, como atas, registros oficiais e normativas, possibilitando um entendimento detalhado do contexto social e histórico. Foi realizada a coleta direta de informações com lideranças indígenas, membros de cooperativas e agentes envolvidos na gestão

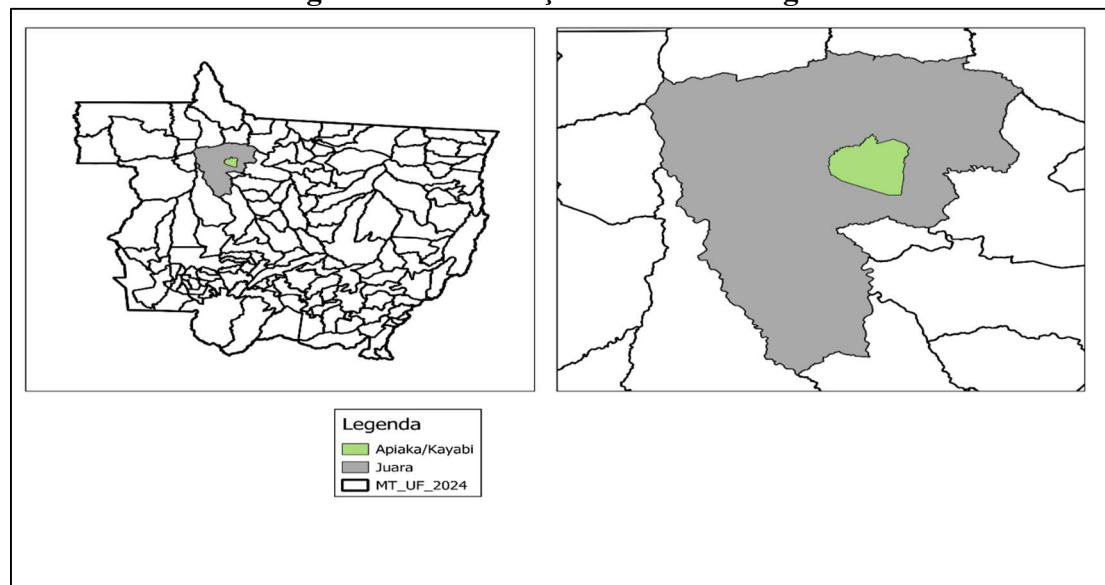
dos negócios extrativistas. A pesquisa de campo buscou obter dados reais por meio de entrevistas, questionários e observação direta, contribuindo para uma análise aprofundada do tema estudado.

A pesquisa bibliográfica serviu como base teórica, reunindo materiais acadêmicos como livros, artigos científicos, dissertações e teses. Segundo Gil (2008), essa abordagem permitiu aprofundamento conceitual e melhor fundamentação do problema de pesquisa. A pesquisa documental complementou essa etapa, analisando legislações, relatórios institucionais, normativas de cooperativas e registros históricos da comunidade indígena.

Já a pesquisa de campo foi aplicada diretamente nas comunidades indígenas e cooperativas envolvidas, possibilitando a observação direta das práticas extrativistas e da organização cooperativa. Segundo Lakatos e Marconi (2003), esse tipo de pesquisa é essencial para captar informações reais e não apenas teóricas. As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas para coletar relatos detalhados de líderes comunitários, membros das cooperativas e especialistas, permitindo um aprofundamento sobre os desafios e oportunidades do cooperativismo indígena.

O universo da pesquisa foi composto pelas comunidades indígenas localizadas na Terra Indígena Apiaká/Kayabi, situada no município de Juara no estado de Mato Grosso, bem como a cooperativa que atua na região denominada Cooperativa de Produção e Extrativismo Sustentável da Floresta do Povo Indígena Apiaká da Aldeia Mayrob (COOPESFPIAM), esta que foi formalmente constituída em 27 de abril de 2020, com sede na zona rural de Juara-MT.

**Figura 5 – Localização da Terra Indígena**



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

O tratamento dos dados seguiu uma abordagem qualitativa garantindo uma análise mais robusta e detalhada dos resultados obtidos. Os dados qualitativos foram organizados por meio da análise de conteúdo, categorizando respostas e identificando padrões. Já os dados quantitativos foram tratados estatisticamente, permitindo a visualização de tendências e impactos socioeconômicos do cooperativismo. Segundo Duarte (2004), as entrevistas são uma ferramenta essencial na pesquisa qualitativa,

permitindo a coleta de informações detalhadas e a compreensão das percepções dos participantes dentro de seu contexto social. O questionário é uma ferramenta metodológica amplamente utilizada na pesquisa científica, permitindo a coleta de informações estruturadas sobre variáveis e circunstâncias específicas (Bastos *et al.*, 2023).

O Quadro 2 caracteriza os entrevistados nesta pesquisa.

**Quadro 2 – Identificação dos entrevistados (E)**

A. G	Atua como liderança e integra a equipe de saúde da comunidade.
A. F	Liderança da comunidade, com papel ativo na organização, cooperada.
E. M	Professor e ex-presidente da cooperativa, atualmente associado.
E. K	Comunicadora, integrante do grupo de dança e organizadora de jovens.
I. K	Professora, liderança e presidente em exercício da COOPESFPIAM.
L. M	Coletor de castanha e organizador de atividades com jovens.
L. K	Liderança e coletor de castanha.
R. B	Coletor de castanha.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao observar os papéis desempenhados pelos entrevistados na comunidade e na cooperativa COOPESFPIAM, nota-se uma composição plural que reflete a complexidade e a riqueza das relações sociais na Terra Indígena Apiaká/Kayabi. Os participantes ocupam funções que vão desde a presidência da cooperativa até atividades operacionais como coleta de castanha e organização de jovens e comunicação comunitária. Essa diversidade de atuações revela que o cooperativismo indígena não se limita à dimensão produtiva, mas se articula com aspectos culturais, educativos e organizacionais, fortalecendo a autonomia coletiva e a valorização dos saberes tradicionais.

No que diz respeito ao tempo de envolvimento com o cooperativismo, os relatos indicam uma trajetória que mescla experiência e renovação. por exemplo, E.M e A.G entre cinco e dez anos de atuação, tendo acompanhado outras cooperativas e os primeiros passos da cooperativa atual e contribuído para sua estruturação. O demais entre um e três anos, representando uma nova geração que se apropria das práticas cooperativas com entusiasmo e senso de responsabilidade. Essa alternância entre membros fundadores e jovens em formação é um indicativo positivo de continuidade, pois permite que os conhecimentos sejam transmitidos e adaptados às novas demandas da comunidade.

De acordo com Cremon *et al.* (2025), o cooperativismo em comunidades indígenas transcende a lógica econômica, assumindo papel central na organização social, na valorização dos saberes tradicionais e na formação de lideranças. Os autores destacam que a diversidade de funções exercidas pelos membros desde atividades operacionais até cargos de gestão reflete a complexidade das relações comunitárias e a importância da cooperação como instrumento de autonomia coletiva. Além disso, apontam que a alternância entre lideranças experientes e jovens em formação é essencial para a continuidade das práticas cooperativas, promovendo a renovação das estratégias e o fortalecimento da identidade cultural.

A avaliação sobre a importância do cooperativismo é unânime entre os entrevistados: todos reconhecem seu papel fundamental na melhoria das condições de

vida, na organização comunitária e na preservação cultural. A.F e L.S destacam ainda que o trabalho coletivo fortalece os vínculos entre as famílias e promove maior segurança econômica. E.M e I.K Apontam que a cooperativa tem sido essencial para ampliar o acesso a mercados mais justos e para estimular o protagonismo dos povos indígenas. Essa percepção compartilhada reforça que o cooperativismo é visto não apenas como uma estratégia econômica, mas como um instrumento de transformação social e política, capaz de enfrentar desafios históricos como a dependência de atravessadores e a invisibilidade institucional.

A presença de mulheres em cargos de liderança, como A.F e I.K merece atenção especial. As mulheres não apenas ocupam posições estratégicas, mas também articulam ações voltadas à juventude, à comunicação e à formação cultural. Essa atuação feminina amplia o alcance da cooperativa e contribui para a construção de uma organização mais inclusiva e sensível às questões de gênero. Além disso, o envolvimento de professores e comunicadores, demonstra que o cooperativismo indígena é também um espaço de educação informal, onde se aprende sobre gestão, território e identidade por meio da prática cotidiana.

Em síntese, as respostas às três primeiras questões revelam que a COOPESFPIAM é uma iniciativa sólida, construída por múltiplos sujeitos que compartilham valores, experiências e objetivos comuns. A diversidade de funções, o equilíbrio entre experiência e renovação, e o reconhecimento coletivo da importância do cooperativismo indicam que essa organização está enraizada na realidade local e responde de forma eficaz às necessidades da comunidade. Mais do que uma estrutura econômica, a cooperativa se configura como um espaço de construção de autonomia, dignidade e pertencimento, reafirmando o papel dos povos indígenas como protagonistas de seus próprios projetos de vida.

O Quadro 3 descreve o funcionamento da cooperativa e seus desafios segundo o ponto de vista dos entrevistados.

**Quadro 3 – Funcionamento da Cooperativa**

Entrevistado(a)	Produtos Extrativistas	Organização da Produção e Comercialização	Principais Desafios
A. G	Castanha-do-Brasil	Compra, estoque e venda	Recursos e transporte
A. F	Castanha-do-Brasil	Extração por famílias organizadas	Falta de capacitação e transporte
E. M	Castanha-do-Brasil, açaí	Compra dos produtores, secagem e beneficiamento	Baixo recurso para atender mercados
E. K	Castanha-do-Brasil	Colheita por famílias, comercialização pela cooperativa	Falta de parceiros fixos e transporte
I. K	Castanha-do-Brasil, açaí	Em fase de organização, produção ainda limitada	Falta de recursos financeiros
L. M	Castanha-do-Brasil	Venda das amêndoas para parceiros	Falta de recursos e projetos fixos
L. K	Castanha-do-Brasil	Armazenamento em amêndoas, venda descascada	Falta de recursos e mercado
R. B	Castanha-do-Brasil	Compra, conservação e venda	Falta de recursos

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Quando questionados: “Quais são os principais produtos extrativistas manejados e comercializados pela cooperativa?” observa-se que a Castanha-do-Brasil é unanimemente reconhecida como o principal produto extrativista da região. Todos

os entrevistados mencionam a castanha como foco central das atividades da COOPESFPIAM, sendo ela coletada por famílias e grupos organizados durante a safra. Além da castanha, alguns entrevistados, como E.M e I.K também citam o açaí como produto complementar, ainda em fase inicial de comercialização. Essa concentração na castanha revela não apenas a importância econômica do produto, mas também seu valor simbólico e cultural para os povos indígenas da Terra Apiaká/Kayabi.

Em relação à organização da produção e comercialização, os relatos indicam que a cooperativa atua com base em princípios de coletividade e respeito aos ciclos naturais. A produção é realizada por grupos familiares que se mobilizam durante a safra, com processos que envolvem coleta manual, secagem, quebra e armazenamento das amêndoas. A.G e R.B mencionam que a cooperativa realiza a compra direta dos produtos dos coletores, garantindo preços mais justos e evitando a dependência de atravessadores. I.K e A.F destacam que, embora a estrutura ainda esteja em fase de consolidação, há esforços para melhorar a logística e ampliar a capacidade de comercialização. A atuação em rede, com apoio de parceiros institucionais, aparece como estratégia para superar limitações operacionais e alcançar novos mercados.

Os desafios enfrentados pela cooperativa para expandir suas atividades e alcançar novos mercados são recorrentes entre os entrevistados. A falta de recursos financeiros é apontada por todos como o principal obstáculo, dificultando a compra em maior escala, o transporte dos produtos e a manutenção da estrutura física da cooperativa. A.F e L.S mencionam a ausência de projetos fixos e de capacitação técnica como entraves para o crescimento. I.K destaca que, sem apoio institucional contínuo, é difícil garantir estabilidade e planejamento de longo prazo. E.M observa que, por estar em fase inicial, a cooperativa ainda não consegue atender à demanda de mercados externos, o que limita sua expansão. Esses relatos evidenciam que, embora haja potencial produtivo e engajamento comunitário, a sustentabilidade da cooperativa depende de investimentos estratégicos e políticas públicas voltadas ao fortalecimento do cooperativismo indígena

Segundo Wadt *et al.*, (2009), a cadeia produtiva da Castanha-do-Brasil é marcada por forte vínculo com práticas tradicionais e organização comunitária, sendo uma das principais fontes de renda para populações extrativistas da Amazônia. Os autores destacam que a coleta da castanha envolve saberes locais, respeito aos ciclos naturais e mobilização familiar, o que reforça seu valor cultural e ecológico. No entanto, apontam que a sustentabilidade dessa atividade depende de investimentos em infraestrutura, capacitação técnica e políticas públicas que reconheçam o papel estratégico do extrativismo na conservação da floresta e no desenvolvimento das comunidades.

A análise dessas três questões mostra que a COOPESFPIAM está estruturada sobre uma base sólida de conhecimento tradicional e organização comunitária, mas enfrenta desafios típicos de empreendimentos em territórios vulnerabilizados. A centralidade da castanha como produto extrativista reflete tanto a vocação natural da região quanto a expertise dos povos indígenas em seu manejo sustentável. A organização da produção, embora ainda em processo de amadurecimento, demonstra esforço coletivo e compromisso com a valorização do trabalho local. No entanto, a limitação de recursos, a falta de infraestrutura e a dificuldade de acesso a mercados mais amplos são barreiras que precisam ser enfrentadas com apoio técnico, formação continuada e articulação institucional.

Os dados revelam que a cooperativa possui um potencial significativo para se consolidar como referência em extrativismo sustentável e economia solidária. A valorização da castanha, a organização comunitária e o desejo de expansão demonstram que os membros da COOPESFIAM estão comprometidos com um projeto coletivo que une geração de renda, preservação ambiental e fortalecimento cultural. Para que esse potencial se concretize, é necessário investir em capacitação, infraestrutura e políticas públicas que reconheçam o papel estratégico do cooperativismo indígena no desenvolvimento regional. Como apontam os próprios entrevistados, o futuro da cooperativa depende da união entre saberes tradicionais e apoio institucional, garantindo autonomia e dignidade às famílias envolvidas.

O Quadro 4 mostra o resumo das respostas referente à geração de renda, participação de mulheres e jovens, além de mudanças na qualidade de vida.

**Quadro 4 – Impactos econômicos e sociais**

Entrevistado(a)	Geração de renda	Participação de mulheres e jovens	Mudanças na qualidade de vida
A. G	Sim – A cooperativa contribui por meio da compra dos produtos.	Participam dos planos da cooperativa.	Sim – Melhorou nas compras dos produtos pelas famílias.
A. F	Sim – A venda da castanha gera autonomia financeira.	Atuam na colheita, organização e administração.	Sim – Famílias têm mais autonomia.
E. M	Sim – Compra da produção durante a safra garante renda.	Participam das reuniões, colheita e ajudam os familiares.	Sim – Investem em bens e não dependem mais de terceiros.
E. K	Sim – Preço justo pela castanha garante renda condizente com o esforço.	Mulheres na colheita, jovens na comunicação.	Sim – A renda tem garantido estabilidade familiar.
I. K	Sim – Ainda em fase de estruturação, mas já contribui.	Participam das decisões, conselho fiscal e atividades comerciais.	Sim – Famílias que acreditam na cooperativa percebem melhorias.
L. M	Sim – Venda da castanha gera renda direta.	Atuam na coleta, organização e administração.	Sim – Investem em bens e melhorias para a família.
L. K	Sim – Compra da castanha durante a safra gera renda.	Participam como cooperados e voluntários.	Sim – Melhora na qualidade de vida das famílias.
R. B	Sim – A cooperativa contribui diretamente para a renda.	Participam da colheita e organização.	Sim – A renda tem beneficiado diretamente as famílias.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A partir da análise da sétima questão “Você considera que a cooperativa contribui para a preservação ambiental?”. Observa-se que todos os entrevistados reconhecem essa contribuição como significativa. A comercialização da Castanha-do-Brasil, principal produto extrativista da região, tem garantido retorno financeiro direto às famílias envolvidas. A.G e E.M destacam que a compra da produção durante a safra assegura uma renda estável, enquanto I.K e L.S reforçam que, mesmo com a cooperativa ainda em fase de estruturação, os impactos econômicos já são perceptíveis. E.K, aponta que os preços praticados pela cooperativa são mais justos e

condizem com o esforço da colheita, permitindo que as famílias invistam em bens essenciais e tenham maior segurança financeira.

Segundo Silva *et al.* (2018), as cooperativas extrativistas têm desempenhado papel fundamental na valorização dos produtos florestais não madeireiros, como a Castanha-do-Brasil, ao promoverem práticas comerciais mais justas e sustentáveis. Os autores destacam que a organização coletiva dos produtores permite maior poder de negociação, estabilidade financeira durante o período de safra e incentivo à preservação ambiental, uma vez que a renda obtida está diretamente vinculada à manutenção da floresta em pé. Essa dinâmica fortalece a autonomia das famílias envolvidas e contribui para a melhoria das condições de vida nas comunidades tradicionais.

No que diz respeito à participação de mulheres e jovens indígenas no cooperativismo, os relatos indicam uma presença ativa e crescente desses grupos na estrutura da COOPESFPIAM. I.K, A.F e a E.K destacam que as mulheres ocupam cargos de liderança, participam da administração e atuam diretamente na colheita e organização dos produtos. Os jovens, por sua vez, têm se envolvido em atividades culturais, comunicação comunitária e apoio logístico. L.M e E.K, por exemplo, atua na mobilização da juventude e reforça que essa participação é essencial para a continuidade das práticas extrativistas e para o fortalecimento da identidade indígena. A inclusão desses grupos não apenas amplia a representatividade interna, como também contribui para a renovação das estratégias de gestão e atuação da cooperativa.

A nona questão foi respondida afirmativamente por todos os participantes. Os relatos indicam que, desde o início das atividades da COOPESFPIAM, houve avanços concretos na vida das famílias, especialmente em relação à segurança alimentar, aquisição de bens e acesso a serviços. E.M menciona que os recursos obtidos são voltados para a comunidade, permitindo que os membros deixem de depender de intermediários. E.K observa que, embora algumas famílias ainda tenham dúvidas, aquelas que confiam na cooperativa já percebem mudanças significativas. L.M e R.B apontam que a renda gerada tem possibilitado investimentos em melhorias domésticas e na educação dos filhos, evidenciando que o cooperativismo tem impacto direto na qualidade de vida, promovendo estabilidade e dignidade.

Segundo Silva *et al.*, (2023), a inserção de mulheres e jovens em cooperativas rurais tem promovido transformações significativas nas dinâmicas comunitárias, ampliando a representatividade e fortalecendo a gestão participativa. As mulheres, ao ocuparem espaços de liderança e decisão, contribuem para práticas mais inclusivas e sustentáveis, enquanto os jovens, ao se engajarem em atividades culturais e comunicacionais, renovam estratégias de atuação e asseguram a continuidade das práticas tradicionais. Os autores destacam que essa inclusão gera impactos positivos na segurança alimentar, na autonomia econômica e na qualidade de vida das famílias envolvidas, evidenciando o papel do cooperativismo como agente de desenvolvimento social.

A análise dessas três questões revela que o cooperativismo indígena na Terra Apiaká/Kayabi tem gerado impactos econômicos e sociais relevantes. A geração de renda, a inclusão de mulheres e jovens, e as melhorias na qualidade de vida são resultados concretos de uma organização que se estrutura sobre os princípios da coletividade, da valorização cultural e da sustentabilidade. A atuação da Cooperativa mostra que, mesmo diante de desafios como falta de recursos e infraestrutura, é possível construir alternativas econômicas que respeitam o território e fortalecem os

vínculos comunitários. O envolvimento dos diferentes perfis de entrevistados lideranças, professores, coletores e jovens evidencia que o cooperativismo é uma prática compartilhada e enraizada na realidade local.

Em síntese, os dados analisados nas questões 7, 8 e 9 confirmam que o cooperativismo tem sido um agente transformador na comunidade indígena Apiaká/Kayabi. Ao promover geração de renda, inclusão social e melhoria nas condições de vida, a cooperativa se consolida como uma ferramenta legítima de desenvolvimento. Mais do que uma estrutura produtiva, ela representa um espaço de construção de autonomia, pertencimento e esperança. Como mostram os relatos, o sucesso da COOPESFIAM está diretamente ligado ao compromisso coletivo e à valorização dos saberes tradicionais, que seguem vivos e atuantes na trajetória das famílias envolvidas.

O Quadro 5 resume as respostas referentes à sustentabilidade e preservação ambiental.

**Quadro 5 – Sustentabilidade e preservação ambiental**

Entrevistado (a)	Fortalecimento da Identidade Indígena	Potencial de Expansão	Melhorias Sugeridas
A. G	Sim – A cooperativa fortalece a cultura e os saberes.	Sim – Pode crescer com apoio técnico e estrutura.	Parcerias fixas, apoio institucional e mais divulgação.
A. F	Sim – Reforça a cultura e o papel das mulheres.	Sim – Tem potencial, mas precisa de estrutura.	Cursos de capacitação e espaço físico próprio.
E. M	Sim – Valoriza os saberes e a cultura local.	Sim – Pode crescer com estrutura e apoio.	Criação de espaço para armazenamento e beneficiamento.
E. K	Sim – A cooperativa é espaço de cultura e comunicação.	Sim – A divulgação pode atrair novos parceiros.	Ações de comunicação, presença nas redes sociais e apoio técnico.
I. K	Sim – Fortalece a cultura e a organização comunitária.	Sim – Com investimentos, pode alcançar novos públicos.	Formação em gestão, melhorias na logística e divulgação.
L. M	Sim – Mantém os ensinamentos dos mais velhos vivos.	Sim – Tem potencial, mas precisa de apoio.	Projetos fixos, capacitação técnica e apoio institucional.
L. K	Sim – Valoriza os saberes e a convivência comunitária.	Sim – Pode crescer com divulgação e estrutura.	Cursos, parcerias com instituições e espaço físico.
R. B	Sim – Protege os saberes indígenas no manejo.	Sim – Com estrutura adequada, pode expandir.	Suporte técnico, jurídico e melhorias na logística.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A pergunta: “Você acredita que o cooperativismo pode contribuir para o fortalecimento da identidade indígena?” foi respondida afirmativamente por todos os entrevistados. Os relatos indicam que a cooperativa não apenas organiza a produção, mas também reforça os vínculos culturais entre os membros da comunidade. A.F e L.S destacam que, ao reunir famílias em torno de uma atividade tradicional como a coleta da castanha, a cooperativa fortalece práticas ancestrais. I.K e E.M apontam que o trabalho coletivo resgata valores como solidariedade, respeito ao território e transmissão de saberes, elementos centrais da identidade dos povos originários. Assim,

o cooperativismo é percebido como um espaço de reafirmação cultural, onde o fazer econômico está diretamente ligado ao pertencimento étnico.

“Você considera que a cooperativa tem potencial para ampliar suas atividades e alcançar novos mercados?” os(as) entrevistados(as) demonstraram otimismo, embora reconheçam os desafios. A.G e R.B acreditam que, com apoio técnico e estrutura adequada, a COOPESFPIAM pode expandir sua atuação e comercializar seus produtos em escala regional ou nacional. A.F e a E.K mencionam que a qualidade da castanha e o compromisso com práticas sustentáveis são diferenciais que podem atrair novos parceiros. No entanto, E.K e L.M alertam para a necessidade de investimentos em capacitação, transporte e beneficiamento, sem os quais a expansão se torna limitada. A visão geral é de que o potencial existe, mas precisa ser acompanhado por políticas públicas e apoio institucional contínuo.

“Quais melhorias você considera importantes para o fortalecimento da cooperativa?” gerou respostas diversas, mas convergentes em relação à infraestrutura e à formação. E.M e I.K sugerem a criação de um espaço físico que seja maior e próprio para armazenamento e beneficiamento da castanha, o que permitiria agregar valor ao produto e melhorar a logística. I.K e L.S apontam a necessidade de mais cursos voltados à gestão, comercialização e manejo sustentável. Já A.G e R.B enfatizam a importância de parcerias fixas com instituições que possam oferecer suporte técnico e jurídico. E.K propõe ações voltadas à comunicação e divulgação dos produtos, especialmente nas redes sociais. Essas propostas revelam que os membros da cooperativa têm clareza sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento da organização.

Segundo Cremon *et al.* (2025), o cooperativismo indígena atua como espaço de fortalecimento cultural, pois articula práticas econômicas com saberes ancestrais, promovendo a valorização da identidade étnica e a autonomia coletiva. Os autores destacam que, ao reunir diferentes gerações em torno de atividades tradicionais, como o extrativismo da Castanha-do-Brasil, as cooperativas contribuem para a transmissão de valores como solidariedade, respeito ao território e organização comunitária. Além disso, apontam que o crescimento dessas iniciativas depende de investimentos em infraestrutura, formação técnica e apoio institucional, sendo essencial o reconhecimento das especificidades culturais para garantir sua sustentabilidade.

A análise dessas três questões mostra que os entrevistados compreendem o cooperativismo como uma ferramenta multifuncional: ele atua na preservação da cultura, na geração de renda e na construção de perspectivas futuras. O fortalecimento da identidade indígena aparece como um efeito direto da organização coletiva, que valoriza os saberes locais e promove o protagonismo comunitário. Ao mesmo tempo, há consciência de que a expansão da cooperativa depende de condições estruturais e de apoio externo, sem os quais o potencial produtivo pode ser comprometido. As sugestões de melhorias indicam que os membros estão engajados e atentos às necessidades reais da organização.

Em síntese, os dados das questões 10, 11 e 12 reforçam que a COOPESFPIAM é mais do que uma iniciativa econômica ela é um espaço de construção de futuro, onde cultura, trabalho e esperança se entrelaçam. Os entrevistados reconhecem que o cooperativismo fortalece a identidade indígena, tem potencial de crescimento e pode ser aprimorado com investimentos estratégicos. A clareza das respostas e o envolvimento dos participantes demonstram que a

cooperativa está enraizada na realidade local e pronta para avançar, desde que receba o suporte necessário para consolidar suas ações e ampliar seu impacto.

Por fim, o Quadro 6 apresenta um resumo das perspectivas futuras.

**Quadro 6 – Perspectivas futuras e melhorias**

Entrevistado(a)	Ações p/ melhorar o funcionamento da cooperativa	Futuro do cooperativismo na comunidade	Sugestões p/ fortalecer o cooperativismo indígena
A. G	Apoio técnico, divulgação e parcerias fixas.	Promissor, desde que haja apoio contínuo.	Investimento em estrutura e capacitação.
A. F	Espaço físico próprio e mais cursos de capacitação.	Crescimento com mais envolvimento dos jovens.	Incentivar a juventude e ampliar formação.
E. M	Criação de espaço para armazenamento e beneficiamento.	Expansão com apoio institucional.	Formação permanente e apoio público.
E. K	Fortalecer comunicação e presença digital.	Expansão com mais visibilidade.	Ações de comunicação e inclusão digital.
I. K	Melhorias na logística, gestão e divulgação.	Positivo, com mais organização e estrutura.	Divulgação interna e externa da cooperativa.
L. M	Projetos fixos e capacitação técnica.	Promissor, se houver continuidade nos projetos.	Apoio técnico e formação comunitária.
L. K	Parcerias com instituições e cursos de gestão.	Expansão gradual com apoio externo.	Fortalecer parcerias e garantir infraestrutura.
R. B	Investimento em logística e suporte técnico.	Crescimento sustentável com apoio.	Suporte jurídico e técnico contínuo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Ao perguntar “Quais ações podem ser implementadas para melhorar o funcionamento da cooperativa?” revelou-se sugestões práticas e coerentes com os desafios enfrentados pela COOPESFPIAM. Os entrevistados apontaram a necessidade de investimentos em infraestrutura, como a criação de um espaço físico maior e próprio para armazenamento e beneficiamento da castanha. Também foram mencionadas ações voltadas à capacitação técnica, especialmente em gestão, comercialização, projetos e logística. I.K e E.M destacaram a importância de melhorar os canais de divulgação, tanto internos quanto externos, para ampliar a visibilidade da cooperativa. Já R.B e L.S reforçaram a urgência de estabelecer parcerias fixas com instituições públicas e privadas que possam oferecer suporte contínuo. Essas propostas demonstram que os membros da cooperativa têm clareza sobre os caminhos possíveis para fortalecer a organização.

Segundo Silva *et al.*, (2018), o fortalecimento das cooperativas extrativistas na Amazônia depende de ações integradas que envolvam investimentos em infraestrutura adequada, capacitação técnica dos cooperados e estabelecimento de parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas. Os autores destacam que a criação de espaços físicos para beneficiamento e armazenamento dos produtos, aliada à formação em gestão e comercialização, são fundamentais para agregar valor à produção e ampliar o alcance dos mercados. Além disso, ressaltam que a visibilidade

das cooperativas pode ser potencializada por meio de estratégias de comunicação e apoio institucional contínuo, promovendo maior estabilidade e autonomia para as comunidades envolvidas.

“Como você enxerga o futuro do cooperativismo na sua comunidade nos próximos anos?” os entrevistados expressaram uma visão positiva, embora cautelosa. A maioria acredita que o cooperativismo tende a crescer, desde que receba apoio institucional e mantenha o engajamento comunitário. A.F e L.M destacaram que o envolvimento dos jovens será decisivo para garantir a continuidade das atividades. I.K e a E.K apontaram que, com mais organização e estrutura, a cooperativa poderá alcançar novos mercados e consolidar sua atuação regional. A.G e R.B reforçaram que o futuro depende da capacidade de adaptação da cooperativa às mudanças econômicas e ambientais. Em geral, os relatos revelam esperança e comprometimento com a construção de um modelo sustentável e enraizado na realidade local.

“Quais sugestões você daria para fortalecer ainda mais as iniciativas de cooperativismo indígena?” trouxe contribuições valiosas e alinhadas com os princípios da economia solidária. Os entrevistados sugeriram ampliar as ações de formação continuada, com foco em gestão comunitária, manejo sustentável e comunicação. A.F e E.M enfatizaram a importância de envolver mais jovens e mulheres, garantindo representatividade e renovação das lideranças. I.K propôs estratégias de divulgação que valorizem os saberes tradicionais e a identidade indígena. Já L.S e A.G destacaram a necessidade de garantir infraestrutura básica e apoio técnico permanente. Essas sugestões apontam para um fortalecimento do cooperativismo que respeita a diversidade cultural e promove autonomia coletiva.

Segundo Silva *et al.*, (2022), o futuro do cooperativismo indígena está diretamente ligado à capacidade das comunidades de fortalecer suas práticas organizativas, investir em formação continuada e garantir a participação ativa de jovens e mulheres. Os autores ressaltam que o cooperativismo, quando alinhado aos princípios da economia solidária e à valorização dos saberes tradicionais, torna-se uma ferramenta poderosa para promover autonomia, inclusão e sustentabilidade. A construção de redes de apoio institucional e a adaptação às mudanças socioeconômicas são apontadas como fatores decisivos para a consolidação dessas iniciativas no longo prazo.

A análise dessas três questões evidencia que os membros da COOPESFPIAM não apenas reconhecem os avanços conquistados, mas também estão atentos aos desafios futuros. As ações propostas para melhorar o funcionamento da cooperativa são concretas e viáveis, e refletem o desejo de consolidar uma organização que seja referência em extrativismo sustentável. A visão de futuro compartilhada pelos entrevistados demonstra que o cooperativismo é visto como uma estratégia duradoura, capaz de promover desenvolvimento econômico, valorização cultural e preservação ambiental. As sugestões finais reforçam o compromisso dos participantes com a construção de um modelo de gestão comunitária que seja inclusivo, eficiente e respeitoso com os modos de vida indígenas.

Em síntese, os dados das questões 13, 14 e 15 confirmam que o cooperativismo indígena é percebido como um caminho legítimo para o fortalecimento das comunidades. Os entrevistados demonstram consciência crítica sobre os limites e possibilidades da cooperativa, e apresentam propostas que articulam saberes tradicionais com ferramentas contemporâneas de gestão. O futuro da COOPESFPIAM, segundo os próprios membros, depende da união entre formação,

infraestrutura e apoio institucional elementos que, juntos, podem garantir a sustentabilidade e a autonomia dos povos indígenas envolvidos.

A partir das entrevistas realizadas com os membros da COOPESFPIAM, foi possível identificar que o cooperativismo indígena tem gerado impactos significativos na vida das famílias da Terra Indígena Apiaká/Kayabi. Os relatos apontam que a organização coletiva em torno da Castanha-do-Brasil tem promovido autonomia econômica, fortalecimento da identidade cultural e práticas sustentáveis de manejo florestal.

A cooperativa, mesmo em fase de estruturação, já demonstra resultados concretos, como a melhoria na renda das famílias e o reconhecimento do trabalho coletivo como ferramenta de transformação social. A diversidade de funções exercidas pelos entrevistados, desde lideranças e professores até jovens comunicadores e coletores, revela que o cooperativismo não se limita à produção, mas se articula com aspectos culturais, educativos e organizacionais, fortalecendo a autonomia coletiva e os saberes tradicionais.

Segundo Mabetana *et al.* (2024), os produtos florestais não madeireiros, como a Castanha-do-Brasil, têm potencial para promover desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais, desde que manejados com base em princípios de organização coletiva e respeito aos saberes locais. Os autores destacam que o cooperativismo, ao articular práticas econômicas com valores culturais, pode fortalecer a identidade indígena, gerar renda e conservar os ecossistemas. A construção de modelos de gestão comunitária inclusivos e adaptados às realidades locais é apontada como essencial para garantir a autonomia e a continuidade dessas iniciativas.

A participação ativa de mulheres e jovens é um dos pontos mais relevantes identificados na pesquisa. As mulheres ocupam cargos de liderança, atuam na organização da produção e contribuem para a gestão da cooperativa. Os jovens, por sua vez, estão envolvidos em atividades culturais, comunicação comunitária e apoio logístico. Essa presença amplia o alcance da cooperativa e garante sua continuidade, ao integrar diferentes gerações em um projeto comum.

Os entrevistados reconhecem que a inclusão desses grupos é essencial para o fortalecimento da organização e para a construção de um modelo de gestão mais justo e representativo. Além disso, os impactos econômicos gerados pela COOPESFPIAM são visíveis: a renda obtida com a comercialização da castanha tem possibilitado melhorias na qualidade de vida, como acesso à educação, alimentação mais segura e investimentos em bens essenciais.

Segundo Silva *et al.*, (2023), a inclusão de mulheres e jovens nas cooperativas rurais é fundamental para a construção de modelos de gestão mais democráticos, representativos e sustentáveis. As mulheres, ao ocuparem espaços de liderança e organização produtiva, promovem maior equidade e eficiência nas decisões coletivas. Os jovens, por sua vez, contribuem com inovação, dinamismo e renovação das práticas comunitárias, especialmente nas áreas de comunicação e cultura. Os autores destacam que essa participação ativa está diretamente relacionada à melhoria da qualidade de vida nas comunidades, com avanços em educação, segurança alimentar e autonomia econômica.

Apesar dos avanços, os entrevistados apontaram desafios importantes para o crescimento da cooperativa. A falta de recursos financeiros, infraestrutura adequada e apoio técnico são obstáculos que limitam a expansão das atividades. A ausência de

projetos fixos e de capacitação contínua dificulta a consolidação da cooperativa como referência regional. Os membros sugerem ações como a criação de um espaço físico próprio, a ampliação das formações em gestão e comercialização, e o fortalecimento da comunicação institucional. A presença digital, por exemplo, é vista como estratégia para ampliar a visibilidade da cooperativa e atrair novos parceiros. Essas propostas demonstram o engajamento da comunidade e a clareza sobre os caminhos possíveis para o aprimoramento da COOPESFPIAM.

Em síntese, os resultados da pesquisa confirmam que o cooperativismo indígena é uma estratégia legítima de desenvolvimento, capaz de articular geração de renda, preservação ambiental e valorização cultural. A experiência da COOPESFPIAM mostra que, mesmo diante de limitações estruturais, é possível construir alternativas econômicas sustentáveis e inclusivas.

De acordo com Silva *et al.*, (2022), o cooperativismo agroecológico indígena enfrenta desafios estruturais como a escassez de recursos financeiros, ausência de projetos contínuos e limitações logísticas. No entanto, os autores destacam que, com apoio institucional, formação técnica e valorização dos saberes tradicionais, essas cooperativas podem se consolidar como referências em desenvolvimento sustentável. A presença digital e a articulação em rede são apontadas como estratégias fundamentais para ampliar a visibilidade e fortalecer a atuação comunitária.

O envolvimento dos diferentes perfis de entrevistados, lideranças, professores, coletores e jovens, evidencia que o cooperativismo é uma prática compartilhada e enraizada na realidade local. Para que esse potencial se concretize, é necessário o apoio institucional contínuo, garantindo autonomia e dignidade às famílias envolvidas. Mais do que uma estrutura econômica, a cooperativa representa um espaço de construção de futuro, onde cultura, trabalho e esperança se entrelaçam.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma abordagem qualitativa, foi possível compreender como o cooperativismo tem contribuído para fortalecer a autonomia econômica, preservar o meio ambiente e valorizar os saberes tradicionais dos povos indígenas da Terra Apiaká/Kayabi.

Os resultados obtidos demonstram que o cooperativismo indígena vai além da organização produtiva. Ele representa um espaço de construção coletiva, onde cultura, trabalho e território se entrelaçam. A participação ativa de mulheres e jovens, o protagonismo das lideranças comunitárias e o envolvimento de professores e comunicadores revelam que a cooperativa é também um ambiente de formação, inclusão e resistência. A Castanha-do-Brasil, principal produto extrativista da região, tornou-se símbolo de identidade e de luta por autonomia, sendo manejada com respeito aos ciclos naturais da floresta e comercializada de forma mais justa.

Apesar dos avanços, a COOPESFPIAM enfrenta desafios estruturais que limitam seu crescimento. A falta de recursos financeiros, de infraestrutura adequada e de apoio técnico são obstáculos recorrentes apontados pelos entrevistados. A ausência de projetos fixos e de capacitação contínua dificulta a consolidação da cooperativa como referência regional. No entanto, os membros demonstram grande engajamento e apresentam propostas concretas para superar essas dificuldades, como a criação de um espaço físico próprio, a ampliação das ações de formação e o fortalecimento da comunicação institucional.

A análise das entrevistas revelou que o cooperativismo tem gerado impactos concretos na vida das famílias envolvidas. A geração de renda, a melhoria na qualidade de vida, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a valorização dos saberes tradicionais são resultados visíveis da atuação da cooperativa. Os entrevistados reconhecem que, mesmo em fase de estruturação, a COOPESFPIAM já promove estabilidade econômica e dignidade para os seus membros. Além disso, a organização coletiva tem contribuído para a preservação ambiental, reforçando práticas sustentáveis e o uso responsável dos recursos naturais.

O fortalecimento da identidade indígena aparece como um dos principais efeitos do cooperativismo. Ao reunir famílias em torno de uma atividade tradicional como a coleta da castanha, a cooperativa resgata valores ancestrais, promove a transmissão de saberes entre gerações e reafirma o pertencimento étnico. Os entrevistados demonstram consciência crítica sobre os limites e possibilidades da cooperativa, e apresentam propostas que articulam saberes tradicionais com ferramentas contemporâneas de gestão. A clareza das respostas e o envolvimento dos participantes demonstram que a cooperativa está enraizada na realidade local e pronta para avançar.

Diante disso, conclui-se que o cooperativismo indígena, quando alinhado aos princípios da sustentabilidade e da valorização cultural, representa um caminho legítimo para o desenvolvimento das comunidades tradicionais. A experiência da COOPESFPIAM pode servir como modelo para outras iniciativas semelhantes, contribuindo para a construção de uma economia mais inclusiva, justa e respeitosa com os modos de vida indígenas. O futuro da cooperativa depende da união entre saberes ancestrais e apoio institucional, garantindo autonomia, protagonismo e dignidade às famílias envolvidas. Investir no cooperativismo indígena é investir na preservação da floresta, na valorização da cultura e na construção de um projeto coletivo de futuro.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 33-53, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200003>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- AMOROZO, M. C. M.; GÉLY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas, Pará, Brasil. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi – Depto. de Botânica**, v. 4, n. 1, p. 47-131, 1988. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/uso-de-plantas-medicinais-por-caboclos-do-baixo-amazonas-1wvn9diqxs.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- ANDRADE, F. G.; MATTOS, A. A.; ARAÚJO, J. C. A constituição do campesinato na Amazônia e suas estratégias de reprodução: o caso da comunidade de São Bento no estado do Acre. In: CONGRESSO DA SOBER, 46., 2008. **Anais...** Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/507.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2025.
- ANDRADE, M. **Fenômenos cooperativos e gestão administrativa: inter-relações culturais do povo Munduruku com a Coopavam – Terra Indígena Apiaká-Kayabi**. 2017. Orientadora: Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira. Monografia

(Graduação em Administração) – Curso de Bacharelado em Administração da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Juara, Mato Grosso, 2017. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/pub/fenomenos-cooperativos-e-gestao-administrativa-inter-relacoes-culturais-do-povo-munduruku-com-a-coopavam-terra-indigena-apiaka-kayabi/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

ARAÚJO, A. P.; JORDY FILHO, S.; FONSECA, W. N. Vegetação da Amazônia brasileira. In: SIMPÓSIO DO TRÓPICO ÚMIDO, 1., 1984, Belém. **Anais...** Belém: EMBRAPA-CPATU, 1986. v. 2. p. 135-144.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e conservação. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 2, n. 5, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BASTOS, J. E. S. *et al.* O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 3, p. 623–636, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n3p623-636>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação amazônica: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas, Brasília**, n. 12, p. 135-159, 2001. Disponível em: [https://docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOL%C3%8DTICA2019/Geopolitica%20da%20Amaz%C3%B4nia\\_Pol%C3%ADtica%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOL%C3%8DTICA2019/Geopolitica%20da%20Amaz%C3%B4nia_Pol%C3%ADtica%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 10 fev. 2026.

BELCHER, B.; RUÍZ-PÉREZ, M.; ACHDIAWAN, R. Global patterns and trends in the use and management of commercial NTFPs. **World Development**, v. 33, n. 9, p. 1435–1452, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2004.10.007>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 dez. 2025.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, É. R. Q. **Cooperativa**. Brasília: Sebrae, 2014.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (org.). **Faces do trópico úmido**. Belém: Cejup, 1997. p. 263-283.

CASTRO, R. R. A. D. **Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação no Pará**: a influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos de vida das famílias locais. 2013. Orientadora: Dra. Myriam Cyntia Cesar de Oliveira. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, 2013. Disponível em:

<https://ppgaa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2013/roberta-rowsy.pdf>.

Acesso em: 10 fev. 2026.

COSTA, D. da S. A etnia Chiquitana, Educação e Extrativismo vegetal: desafios e perspectivas de manutenção na fronteira Brasil/Bolívia / Chiquitana ethnicity, Education and vegetal extraction: challenges and prospects for maintenance on the Brazil/Bolivia border. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 52579–52589, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-778>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CREMON, T.; CASAROTTO, E. L.; AYALA, J. Y. Cooperativismo agroecológico indígena: desafios e reflexões. In: Anais do 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais...Passo Fundo (RS) UPF**, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/9786527214786.1102514>.

Acesso em: 10 fev. 2026.

CUNHA, E. S. M.; DANTAS, F. L. C. G. (org.). **O que você precisa saber sobre a Castanha-do-Brasil**. Macapá: SEMA, 1997.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216>.

Acesso em: 10 fev. 2026.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Non-wood forest products for rural income and sustainable forestry**. Roma: FAO, 1995. 127p. (FAO technical papers - Series Non Wood Forest Products, 7).

FIEDLER, Nilton César; SOARES, Thelma Shirlen; SILVA, Gilson Fernandes da. Extração de produtos florestais não madeireiros: Importância e manejo sustentável da floresta. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, v.10, n. 2, Jul/Dez 2008. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/RECEN/article/view/712>. Acesso em: 10 fev. 2026.

GAMA, M. M. B. **Importância de produtos florestais não madeireiros para a economia regional**. Porto Velho: Embrapa, 2005.

GARIGLIO, M. A. *et al.* Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga. In: **Recursos florestais da Caatinga**. Brasília: MMA, 2010. p. 29-48.

GERVASONI, F. P. *et al.* **Educar para cooperar**. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, F. P. Q. **Contribuição dos produtos florestais não madeireiros**. 2008. Orientador: Dr. Anadalvo Juazeiro dos Santos. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Área de Concentração em Economia e Política Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, 2008. Disponível em: [http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/defesas/pdf\\_ms/2008/d507\\_0669-M.pdf](http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/defesas/pdf_ms/2008/d507_0669-M.pdf). Acesso em: 10 fev. 2026.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa, 1993.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2014.

IBGE. **Produção da extração vegetal e silvicultura** 2020. Disponível em: <https://ibge.gov.br>. Acesso em: 05 mar. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200005>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MABETANA, K. P. F.; NOSKOSKI, L. E. C.; PINTO, N. G. M.; VELHO, J. P.; SCHARDONG, B. J. F.; WACHHOLZ, G. A. Extrativismo de produtos florestais não madeireiros como mecanismo para a conservação da floresta na Amazônia. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e1258, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-305-2024>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MARIOSIA, P. H. *et al.* Cooperativas agroindustriais da cadeia da castanha-do-brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.277617>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MARQUES, H. R.; COSTA, J. O. **Fundamentos do cooperativismo**. Editora Universitária, 2016.

NKEM, J. *et al.* Shaping forest safety nets with markets. **Environmental Science & Policy**, v. 13, n. 6, p. 498-508, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2010.06.004>. Acesso em: 10 fev. 2026.

NODA, H.; NODA, S. N. Agricultura familiar tradicional. **Interações**, v. 4, n. 6, p. 55-66, 2003. Disponível em:

<https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/559>. Acesso em: 10 fev. 2026.

OCB. **Cooperativismo em números**. Brasília, 2019a.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília: Sistema OCB, 2019b.

PEDROZO, E. A. *et al.* Produtos florestais não madeireiros. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 3, n. 2, p. 88-112, 2011. Disponível em: <https://share.google/MBQJ3w0SOeuuKXDxA>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PICANÇO, C. A. S.; COSTA, R. C. Análise da cadeia produtiva da castanha-do-Brasil coletada na reserva biológica do Rio Trombetas, Oriximiná, Pará. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 19460–19483, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n10-170>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SANTANA, A. C. *et al.* Açaí pulp demand. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 39, n. 1, p. 1-7, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-29452017102>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SHANLEY, P.; MEDINA, G. **Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica**. Belém: CIFOR, 2005.

SILVA, A. A.; SANTOS, L. E.; CRUZ, G. da S.; DA SILVA RIBEIRO, R. B.; VASCONCELLOS GAMA, J. R. Potencial de comercialização de produtos florestais não madeireiros na área de manejo da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns. **Acta Tecnológica**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 45–63, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.35818/acta.v13i1.600>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SILVA, A. A. *et al.* Potencial do extrativismo da castanha-do-pará. **Floresta e Ambiente**, v. 20, n. 4, p. 500-509, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/loram.2013.046>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SILVA, M. L. S. *et al.* As mulheres no cooperativismo. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 13, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7214>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Cooperativismo no Brasil. **Revista Brasileira de Cooperativismo**, v. 61, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SOUZA, L. A. G.; SILVA, M. F. Bioeconomical potential. In: **Conservación de biodiversidad en los Andes y la Amazonia**. Cuzco: Inka, 2002.

STRAATMANN, J. **Redes voltadas para produtos florestais não madeireiros**. 2014. Orientador: Dr. Luiz Cesar Ribeiro Carpinetti. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo - USP, São

Carlos, São Paulo, 2014. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18156/tde-31102014-141722/publico/JefersonStraatmannDEFINITIVO.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

VINHOTE, M. L. A. **Usos e manejo de recursos florestais não madeireiros em unidades de conservação estaduais na área de influência da BR 319**. 2014. Orientador: Dr. Henrique dos Santos Pereira. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas, 2014. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/usos-e-manejo-de-recursos-florestais-nao-madeireiros-em-l25arpdvd7.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

WADT, L. H. O.; K. A. KAINER, Domesticação e melhoramento de castanheira. In: BORÉM, A.; LOPES, M.T. G.; CLEMENT, C. R. (Eds.): **Domesticação e melhoramento: espécies amazônicas**. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

WOORTMANN, K. **O modo de produção doméstico**. Brasília: UNB, 2001.